

CORRUPÇÃO, MÍDIA E ESCÂNDALOS MUDIÁTICOS NO BRASIL.

Corruption, media and mediatic scandals in Brazil.

Fernando Azevedo
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
✉ fa@uol.com.br

Os escândalos políticos, entre os quais se incluem a corrupção individual ou sistêmica, constituem uma das principais matérias primas do jornalismo político moderno. Em parte, os escândalos são explorados com volúpia pela mídia por conta da teoria do cão de guarda e, por outra, por conta da teoria do valor-notícia, ou seja, porque simplesmente vende mais jornal e dá mais audiência. Como se sabe, para a teoria liberal do jornalismo um dos principais papéis da imprensa é fiscalizar o sistema político, o governo, partidos e políticos. Dentro dessa perspectiva, a imprensa assume a função de um cão de guarda sempre vigilante e pronto para farejar e denunciar atos e comportamentos abusivos ou lesivos aos interesses dos cidadãos e da sociedade. É justamente dessa concepção liberal do papel político da imprensa que se originou a idéia de que a imprensa é o 4º poder nas democracias modernas.

Mas uma denúncia jornalística, embora muito freqüente, nem sempre se transforma num escândalo político. Para se transfigurar num escândalo é necessário que a denúncia repercuta e reverbere entre os formadores de opinião e provoque reações em cadeia suficientemente fortes para que o

caso se transforme num assunto “quente” na opinião pública. Ou seja, num escândalo midiático. Uma vez na agenda pública, o escândalo passa a ter uma dinâmica própria em que os principais protagonistas deste espetáculo midiático, os jornalistas, os políticos e membros do ministério público e do judiciário e eventualmente do aparelho policial desempenham os papéis centrais. Embora todos esses atores tenham um peso importante em algum momento nos rumos de um escândalo, este só pode se manter na agenda pública enquanto a mídia se ocupa intensamente dele, seja através de novas denúncias, a entrada em cena de uma testemunha bomba, a introdução de novos fatos produzidos pelo jornalismo investigativo ou mesmo pela simples reprodução das declarações dos agentes envolvidos (acusadores e denunciados) e da cobertura da repercussão do caso. Assim, o tempo que cada escândalo se mantém na atenção pública depende da sua visibilidade na mídia e os danos (e favorecimentos políticos) que produzem variam de acordo com a gravidade das acusações e do enquadramento dominante adotado na cobertura da mídia.

Como lembra Thompson (2002), um escândalo se refere às ações ou acontecimentos que implicam transgressões de valores, normas ou códigos morais que, revelados, motivam reações e respostas públicas. Na esfera política, em geral os escândalos estão associados à corrupção e ao suborno, embora em sociedades em que os valores morais e religiosos são exacerbados os escândalos sexuais também sejam alvo de reações públicas como mostram o caso Mônica Lewinsky e vários episódios envolvendo políticos ingleses no qual o caso paradigmático é o *affair* Profumo nos anos 60. No caso do Brasil, malversação de recursos, desvios de dinheiro, compra de votos, financiamento de campanhas com caixa 2, favorecimentos em licitações e apadrinhamentos no serviço público, entre outras ações do tipo, constituem as principais matérias primas dos escândalos explorados pelo nosso jornalismo. Em resumo, a corrupção e suborno político. Os três maiores escândalos políticos da nossa história republicana recente mostram a predominância desse gênero entre nós: o suposto “mar de lama” do 2º governo Vargas, cujo desfecho trágico foi o suicídio do Presidente; o “Collorgate” com desfecho dramático da renúncia de Collor e o “Mensalão” que atingiu em cheio o PT e o 1º governo Lula. Além desses três escândalos federais podemos incluir o escândalo, atualmente em curso em Brasília, e batizado pela mídia como o “Mensalão do DEM”, que já resultou na prisão e cassação do governador José Arruda.

Os três episódios federais e o regional de Brasília mostram que a imprensa brasileira tem exercido, nos períodos democráticos, a função de “cão de guarda” ainda que se deva ressaltar que o jornalismo praticado nos anos 50 (fortemente partidário) era diferente daquele exercido na atual quadra democrática em que a grande imprensa se autodenomina politicamente independente e apartidária. Contudo, e apesar do discurso de independência e apartidarismo, o fato é que quando a imprensa denuncia e explora um escândalo político na esfera do executivo ou do legislativo produz, com ou sem intenções e interesses políticos, conseqüências e efeitos colaterais na vida partidária e eleitoral. Embora seja um truismo, vale lembrar que quando o escândalo tem origem no executivo ele inevitavelmente favorece os grupos opositores pelo simples fato de que eles estão na oposição e qualquer escândalo no campo situacionista ser uma boa notícia. Esta situação é um fato da vida e não deve ser interpretado automaticamente (como habitualmente a esquerda faz quando está no poder) como uma conspiração política dos “barões da imprensa” com os grupos opositores (embora seja realista reconhecer que obviamente os proprietários da mídia têm – e é bom lembrar também que legitimamente – preferências ideológicas e políticas que expressam na linha editorial de seus veículos). Até porque esses efeitos colaterais atingem tanto governos de direita quanto de esquerda. Senão vejamos.

Nos anos 50, no 2º governo Vargas, a campanha contra o governo Getúlio e o suposto “mar de lama” beneficiava diretamente Carlos Lacerda e a UDN. Como já lembrado, na época o jornalismo brasileiro era abertamente partidário e a maioria da grande imprensa se alinhava com os grupos antigetulistas, com exceção do jornal *Última Hora*, dirigido por Samuel Wainer e fundado com estímulo e apoio do próprio Getúlio. Ironicamente, as repetidas denúncias de corrupção no interior do governo atingiram seu auge na criação da CPI do jornal *Última Hora* em que o governo era acusado de financiar o jornal que lhe apoiava com dinheiro público. Tanto as repetidas denúncias de corrupção quanto o funcionamento da referida CPI mantiveram o governo sob ataque cerrado na mídia na qual se destacava o jornal *Tribuna da Imprensa* que pertencia ao principal líder da oposição, Carlos Lacerda, que, como todos sabem, terminou sendo alvo de um atentado (que a imprensa batizou como o “crime da rua Tonelero”) que acelerou a crise política cujo desfecho foi o suicídio de Vargas.

No chamado “Collorgate”, a exemplo do que ocorreu no Watergate, a mídia seria um dos principais protagonistas da crise política. Como todos podem se recordar, o escândalo teve origem na entrevista concedida pelo irmão do Presidente, Pedro Collor, à revista *Veja*. A partir daí, com os desdobramentos do caso, que se transformaria rapidamente numa crise político-institucional, a mídia, com destaque para os jornais de circulação nacional e revistas semanais, desempenharia um papel ativo na escalada do escândalo através da prática de um intenso jornalismo investigativo que terminou acuando politicamente o Presidente, que, na iminência de ser afastado pelo Congresso, optou pela renúncia.

No caso do “Mensalão”, o desfecho político não foi dramático como em 1954 e 1992, mas foi o único que coincidiu com o calendário eleitoral de uma eleição presidencial. O *affair* teve início em maio de 2005, com a publicação pela revista *Veja* de uma matéria denunciando um esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Os partidos de oposição, até então tímidos no seu enfrentamento com o governo, procuram então amplificar o escândalo através da criação de uma CPI no Congresso. Mas, o acontecimento decisivo para a instalação da Comissão foi a publicação, pela *Folha de S. Paulo*, no início de junho de 2005, de uma matéria denunciando uma suposta operação “abafa” da CPI. Logo em seguida, o deputado Roberto Jefferson concede ao mesmo jornal uma entrevista bombástica acusando o PT de comprar votos. A partir desse momento o escândalo ganharia uma grande repercussão na opinião pública e mobilizaria intensa atenção da mídia até o final das eleições presidenciais de 2006. Assim, e diferentemente dos outros dois casos aqui citados, o escândalo cursou simultaneamente ao ano eleitoral até porque o principal adversário de Lula usou o “Mensalão” (e, por extensão, o argumento ético) como principal tema da sua campanha na disputa presidencial. Deste modo, ocorreu um processo de retroalimentação entre o campo político (os partidos de oposição) e o campo jornalístico (a mídia) que terminou formatando e definindo a *agenda-setting* da campanha presidencial. Com exceção da revista *Carta Capital*, praticamente todos grandes jornais e as revistas semanais, ao criticarem duramente o governo e o PT pelo suposto envolvimento no escândalo, favoreciam indiretamente a oposição ou a apoiava abertamente como fizeram a revista *Veja* e os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Finalmente, o recente caso de Brasília, que embora seja um escândalo regional tem repercussão nacional pelo fato de ser a Capital Federal, mostra que a mídia também não tem poupado os escândalos políticos nascidos nos governos de centro-direita. O caso tem recebido uma ampla cobertura e a mídia tem criticado os suspeitos com a mesma indignação com que tratou os do “Mensalão”.

Considerando-se os exemplos aqui comentados, a mídia deu ampla visibilidade a quatro escândalos nos quais dois deles (governo Vargas e Lula), ainda que em contextos democráticos e jornalísticos distintos, eclodiram num governo populista e outro de centro-esquerda, e os dois outros em governos de centro-direita (Collor e Arruda). Em todos os casos, com maior ou menor intensidade, a mídia não só denunciou e deu ampla cobertura ao desdobramento do escândalo como fez duras críticas aos políticos, partidos e governos envolvidos.

Desta forma, como sugerido no início deste texto, a grande imprensa brasileira tem assumido de fato sua função de cão de guarda tanto em relação à governos de centro-esquerda quanto de centro-direita. Isto, apesar da forte concentração dos meios de comunicação (os grandes jornais e revistas nacionais continuam controlados por poucas famílias que detêm a propriedade cruzada dos meios impressos, eletrônicos e digitais) e da conseqüente redução da pluralidade externa que limita a diversidade e o confronto de opiniões políticas (não temos e nunca tivemos, por exemplo, e com a exceção da *Ultima Hora*, jornais de esquerda com grande circulação nacional como os extintos *Rinascita* na Itália e o *L'Humanité* na França, ou os mais recentes *El País* ou *Público*, na Espanha). Esse paradoxo é, por um lado, resultado de um profissionalismo tardio, mas irreversível, do nosso jornalismo que incorporou regras e constrangimentos deontológicos da prática jornalística (como as categorias de objetividade, equilíbrio, etc.) nos anos recentes e, por outro lado, pela pressão da acirrada competição comercial e jornalística entre os veículos que transformou a credibilidade da notícia na principal *commodity* a ser vendida no mercado de informação.

Como resultado destas duas variáveis a grande imprensa nacional tem sido capaz, com as exceções de praxe, de manter um jornalismo informativo e investigativo competitivo e relativamente autônomo da linha editorial e das preferências políticas dos donos da mídia que são historicamente conservadoras.

Por fim, cabe insistir que quando um escândalo político se transforma num evento midiático uma de suas principais conseqüências é a sua exploração política pelos grupos de oposição. Nenhuma novidade aí, é da natureza do jogo político. Nesse sentido, há um previsível *feedback* entre a mídia que cobre e investiga o escândalo e os grupos políticos interessados em jogar lenha na fogueira, faturar o desgaste dos adversários e prolongar sua agonia política na mídia e na opinião pública. O próprio PT recorreu inúmeras vezes a essa política de desgastar os adversários em momentos críticos quando estava na oposição, tendo sido, inclusive, o mais feroz acusador do governo Collor no momento em que este entrou em crise. A retroalimentação entre a mídia e os partidos de oposição pode até ser ocasionalmente concertada por interesses políticos e eleitorais comuns entre proprietários de mídia, editores e políticos (e aí está a origem de todas as teorias conspiratórias), mas o mais provável é que ela ocorra pura e simplesmente porque os governos, partidos ou políticos vítimas dos escândalos políticos midiáticos sangram perante a opinião pública feridos pelos seus próprios erros e esse espetáculo aumenta a audiência da mídia e o capital político dos partidos de oposição. Simples assim.

Referências Bibliográficas

THOMPSON, *O Escândalo Político – Poder e visibilidade na era da mídia*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2002.